

A BANALIZAÇÃO DO ABUSO SEXUAL POR MEIO DO DISCURSO MACHISTA: PERSPECTIVAS DO PERPETRADOR E DA VÍTIMA DA VIOLÊNCIA

Data de aceite: 02/09/2024

Wederson de Oliveira Garcia
wedersongarciapsi@gmail.com

Camila Repolez Salgado
crepolez@yahoo.com.br

THE TRIVIALIZATION OF SEXUAL ABUSE THROUGH MACHISTA DISCOURSE: PERSPECTIVES OF THE PERPETRATOR AND THE VICTIM OF VIOLENCE

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir a questão da naturalização do abuso sexual por meio do discurso machista, a partir da experiência vivida no plantão psicológico da Faculdade Pitágoras-Betim, no qual, um número expressivo de mulheres se queixou de terem sofrido tal violência na infância ou adolescência. Considerando a sociedade machista em que vivemos, adotamos como uma de nossas referências o texto MENESES (2016), que relata uma intervenção psicossocial com o adulto autor de violência sexual intrafamiliar contra a crianças e adolescentes, a fim de compreendermos melhor acerca da perspectiva do perpetrador. Concluímos, que se faz necessário e relevante, pensarmos em outras formas de masculinidade diante de tudo que foi exposto, que superem a padronização e a segregação e que permitam a manifestação de diversas identidades possíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Violência sexual. Infância. Adolescência. Cultura machista.

ABSTRACT: The objective of this article is to discuss the question of the naturalization of sexual abuse through the macho discourse, based on the experience of the psychological work of the Pitágoras-Betim College, in which an expressive number of women complained of having suffered such violence in childhood or adolescence. Considering the chauvinist society in which we live, one of our references is the text MENESES (2016), which reports a psychosocial intervention with the adult author of intrafamily sexual violence against children and adolescents, in order to better understand the perspective of the perpetrator. We conclude that it is necessary and relevant to think of other forms of masculinity in the face of all that has been exposed, that overcome standardization and segregation and that allow the manifestation of diverse possible identities.

KEYWORDS: Sexual violence. Childhood. Adolescence. Masculine culture.

INTRODUÇÃO

É nítida a percepção que meninos são criados de maneira diferente de meninas, já nas primeiras experiências de socialização, as meninas são direcionadas a um lugar de fragilidade e neutralidade, enquanto, por outro lado, os meninos crescem ouvindo que homem não chora, que homem de verdade tem que ficar com o maior número possível de meninas: crescem cercados por uma cultura machista que os incitam ao sexo SOUSA, (2017).

Ao nosso ver, essa cultura que coloca o masculino em posição de superioridade em relação ao feminino, contribui para a manutenção da construção social em torno do papel que o homem deve desempenhar na sociedade, favorecendo a percepção de que há uma posição de superioridade entre um sexo e outro.

As pessoas do sexo masculino são apontadas como os principais autores das violências sexuais contra crianças e adolescentes, Hohendorff; Marshall; Mascarenhas; Pincolini e Hutz, (apud MENEZES,2016), e, a partir desta constatação, verificamos que, a cultura machista, muito presente em nossa sociedade, produz a cultura do estupro, SOUSA (2017). De acordo com o dicionário Aurélio: “cultura é o “complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições, das manifestações artísticas, intelectuais, etc., transmitidos coletivamente, e típicos de uma sociedade”, e, a cultura do estupro, a partir da definição de cultura aqui citada, seria um costume transmitido, aprendido e normatizado, embasados em discursos machistas que passam para as próximas gerações.

Segundo o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, volume 49, de junho de 2018, que realizou uma análise da violência sexual contra crianças e adolescentes entre 2011 e 2017, hoje, no Brasil, esse tipo de violência é considerada um problema de saúde pública e violação dos direitos humanos. Ainda de acordo com o boletim, houve um aumento significativo nas notificações de violência contra criança e adolescente, cerca de 83%, o que indica que as pessoas estão denunciando mais, ou seja, estão rompendo com a naturalização do estupro. E diante disso, surge o seguinte questionamento: considerando um maior envolvimento como perpetradores das violências sexuais contra mulheres, será esse fenômeno reflexo da afirmação de uma identidade masculina hegemônica e dominante, caracterizada pelo uso da força, afirmação da virilidade e manifestações de poder sobre o corpo do outro?

PERSPECTIVA DO ADULTO AUTOR DA VIOLÊNCIA SEXUAL

Buscando dar um pouco mais de clareza aos questionamentos citados anteriormente, adotamos como uma de nossas referências o texto de MENESES (2016), em que as autoras relatam uma intervenção psicossocial, pioneira em nosso país, se tratando de saúde pública, com um grupo de ex-detentos acusados de abuso sexual contra crianças e adolescentes, próximos de serem liberados do sistema prisional, realizada em uma instituição de saúde governamental, juntamente com uma universidade pública. De acordo com as autoras, a ação voltada à ofensores sexuais no contexto intrafamiliar, ocorreu pelo maior número de prevalência desse tipo de violência. (MENEZES 2016, p.106).

A intervenção psicossocial grupal com homens adultos autores de violência intrafamiliar aqui citada, que se trata de uma pesquisa-ação (BAIBIER,2002), é bastante pertinente, pois, estão considerando aspectos que até então não eram levados em conta, como: família, comunidade, se faz uso de algum tipo de droga ou medicamentos, ou seja, aspectos que fazem parte de um contexto de vida e que vão além do restabelecimento das relações sociais dos ofensores. Esse novo modo de atenção direcionada a esse público, possibilita a não recidiva do ato violento, Lauritsen e Carbone-Lopez; Rodgers e McGuire e Worley (apud MENESES,2016, p.100).

É comum ouvirmos relatos a respeito de quem sofreu algum tipo de violência ou está passando por uma e nos compadecermos com a situação, mas, ouvir o relato de um ofensor sexual ainda nos provoca um certo mal-estar, porém, propor ações voltadas para esse público, que é algo bastante recente, se faz necessário, e para que isso ocorra de fato, será preciso uma quebra de padrões que, segundo (MENEZES,2016) citando (BRASIL,2013), são necessárias para o circuito de proteção às vítimas de abuso sexual e está garantida pelo Plano Nacional de Enfrentamento da Violência sexual contra Crianças e Adolescentes.

A intervenção se deu na PAV alecrim – Secretaria de Saúde – Governo do Distrito Federal, que é uma rede especializada em atendimento às vítimas de violência, e, também, responsável pelo atendimento dos homens que cometeram a ofensa sexual. A unidade conta com duas psicólogas, um psicólogo, uma assistente social e um psiquiatra.

O grupo contou com 16 participantes, homens com média de idade de 47,8 anos, sendo a maioria casados e um em união estável. Três participantes trabalham de forma informal, oito estão trabalhando no mercado formal, dois são aposentados, três desempregados, e um recebe bolsa da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP-DF) (Brasil, 1986). A escolaridade dos participantes vai de não alfabetizado, à superior incompleto, sendo que a maioria se encontra no ensino fundamental incompleto. (MENESES, 2016, p.100)

Foi realizado um roteiro de entrevista semiestruturadas que, segundo MENESES (2016), continham:

Identificação, dados da família, condições de moradia e de saúde, histórico da violência sexual encaminhada à justiça, entrada no sistema judiciário, expectativas para a intervenção e encaminhamentos para a rede de saúde e/ou assistência social, realizados ao final do atendimento. (MENESES, 2016, p.101)

Foram realizados nove encontros, com duas horas cada um. Cada encontro continha um tema reflexivo. Após os nove encontros, surgiram falas que poderiam trazer um pouco de luz a um de nossos questionamentos, que era compreender um pouco a respeito do ofensor sexual, e sua perspectiva em relação a pessoa abusada.

Já vimos anteriormente, que o machismo presente em nossa sociedade, provoca uma certa permissividade à violação de direitos e detrimento do sexo oposto, mas, ao ouvir o relato dos perpetradores, poderemos notar as nuances presentes em seus discursos. Não é do nosso interesse, detalhar a intervenção encontro por encontro, pois estaríamos apenas reproduzindo um trabalho que já foi feito, mas, sim, separar aquilo que é substancialmente importante em relação às nossas indagações acerca da perspectiva de um homem, adulto, que cometeu ofensa sexual.

O controle dos impulsos foi um tema que não poderia ficar de fora da intervenção, segundo Mandeville-Norden, Beech e Marshall (apud MENESES 2016, p.104), na realidade, a intervenção se deu à necessidade desse tema ser incluído.

Autores como: Howells e Day; Holland; Mandeville-Norden e Beech; Marshall; Seto (apud MENESES, 2016. p.105) destacam a importância de serem incluídos à intervenção questionamentos que incluem: “a negação da violência cometida, a percepção distorcida de sua ação violenta, e a culpabilização da vítima, algo que será tratada com mais detalhes mais adiante.

Um momento marcante ocorreu no segundo encontro, um dos participantes revelou que já havia sofrido abuso sexual na infância. Mas, aparentemente, segundo as autoras, ele não reconheceu que havia sido realmente abusado, devido a cultura e o mito machista que levam o homem a acreditar que somente mulheres são abusadas e que o homem, forte e “poderoso”, capaz de proteger a si e os outros não seria capaz de sofrer esse tipo de violência, e o não reconhecimento de que foi abusado sexualmente na infância está ligado diretamente à comportamentos violentos que vão da adolescência a fase adulta, e podem influir no aumento das chances de ocorrer novamente. Easton, Nunes (apud MENESES, 2016, p. 104).

A elaboração de um mapa dos pensamentos de riscos dos participantes diante da possibilidade de aproximação a uma menina, fizeram emergir os seguintes pensamentos: “vai dar nada não”; “Vai perder a chance de curtir?”; “Você está velho brocha, vai perder a chance de ser feliz hoje?” MENESES (2016, p. 105).

Surgiram também pensamentos que contrapunham os anteriores e que poderiam servir para estabelecer um limite entre a menina e o ofensor sexual: “Reza que passa”; “Rapaz, vai procurar outra mulher por aí. Tem tanta mulher por aí!”; “Cara, cuidado que você vai ser preso. Será que vale a pena?” MENESES (2016, p. 105).

Após entrevistas individuais, ficou evidenciado também que, os participantes do grupo tiveram uma infância onde foram expostos a vários tipos de violência, e com relação a essa constatação, vários autores concordam que é algo frequente entre aqueles que cometeram a ofensa sexual, Howells e Day; Lauritsen e Carbone-Lopez; Mathews; Rodgers e McGuire (apud MENESES ,2016).

O texto de MENESES (2016), que utilizamos como referência, descreve uma intervenção, que até então, ainda não havia sido pensada nesse modelo, e que trouxe contribuições importantes para um melhor entendimento a respeito desse público, mas, que não iram esgotar nossos questionamentos, pois, embora a intervenção tenha sido realizada com um grupo pré-estabelecido, aparentemente homogêneo, de acordo com Seto (apud MENESES,2016), o ofensor sexual não possui um único perfil, Contrariando a ideia estigmatizada que muitas pessoas têm a respeito da figura do ofensor sexual – aquele com características psicopatas, que só ataca em becos escuros e ruas desertas.

PERSPECTIVA DA VÍTIMA DA VIOLÊNCIA

A ideia para construção deste trabalho se deu, a partir da experiência vivenciada na clínica escola de Psicologia da Faculdade Pitágoras-Betim, por meio do plantão psicológico. O atendimento psicológico em caráter de plantão, ao nosso ver, é uma necessidade que parece se adequar às exigências da modernidade líquida BAUMAN (2001), onde as coisas são fluidas, inconstantes e de rápidas transformações. O que pode gerar muita insegurança e incerteza.

No plantão, as demandas são diversas, mas, as queixas envolvendo o abuso sexual contra mulheres foi algo que nos chamou a atenção, pelo alto número de queixas envolvendo esse tipo de violência. Sendo em sua maioria, ocorridas na infância ou adolescência. O que nos levou a crer que, a cultura do estupro está bastante presente em nosso meio, fazendo com que um crime hediondo, seja naturalizado e suas vítimas silenciadas, ou por medo, ou por considerar que as pessoas não acreditarão nelas.

A cultura do estupro, normatizada culturalmente por meio do discurso machista que, para BOURDIEU (2002), é um fenômeno que se naturaliza culturalmente através do que ele chama de Dominação Simbólica, que está relacionada as nossas mais profundas estruturas de pensamento, aquilo que consideramos natural: o que não requer nenhum tipo de questionamento, que surge através do que o autor chama de violência simbólica, que é um tipo de violência quase imperceptível, que na maioria das vezes não vemos ou sentimos, expressa através da forma singular como cada um enxerga o mundo, por meio da comunicação, por exemplo. Enfim, em formas que quase não podem ser percebidas, fazendo com que a violência seja naturalizada, o que acaba legitimando a violência prática.

Citaremos aqui, três casos atendidos no plantão e que posteriormente foram encaminhados às sessões de psicoterapia, que exemplificarão bem, através de algumas falas de mulheres que foram vítimas da violência sexual na infância ou adolescência, o quanto a cultura do machismo, presente em nosso meio, se perpetua. Usaremos nomes fictícios para resguardar suas identidades.

Alice, 26 anos de idade, solteira, trabalha em um *pet shop*. Chegou ao plantão psicológico se queixando de falta de ânimo, angústia e pensamento de alto extermínio. A paciente relatou que foi abusada sexualmente aos 11 anos de idade por um primo, uma pessoa que tinha a sua confiança e da família – geralmente, esse tipo de crime é cometido por pessoas próximas da família da vítima. Alice, desde então, segundo seu relato, nunca mais foi a mesma pessoa, relatou que preferia ficar sozinha a estar com alguém, passou a ser mais agressiva e encontrou dificuldades em se relacionar afetivamente.

Ao ouvir a história de Alice e de outras mulheres que sofreram violência sexual na infância ou adolescência, algumas frases se repetem: “A vida perdeu o sentido desde que fui abusada”; “Não consigo esquecer aquele dia”; “Às vezes começo a chorar sem motivo algum”; notadamente, as consequências do abuso sexual infanto-juvenil acompanham a vida adulta trazendo consigo, culpa, vergonha, depressão, baixo autoestima, dentre outras coisas.

Segundo LIRA e et al (2017, p.2):

De maneira inequívoca, a exposição ao abuso sexual na infância está associada a prejuízos em longo prazo, representando fator de risco para o desencadeamento de diversas alterações de ordem psicológica e funcional, entre as quais depressão, ideias suicidas, ansiedade e transtorno do estresse pós-traumático.

O perpetrador, primo de Alice, tinha 22 anos de idade na época, enquanto a vítima tinha 11 anos. Segundo palavras de Alice, ela estava indo encontrar a mãe, quando o primo a surpreendeu no caminho e a estuprou. A maneira ameaçadora que ele utilizou para amedrontá-la é algo que ainda a atormenta. Ele dizia que iria espancá-la e cortá-la em pedaços, caso ele fosse denunciado. Além do medo das ameaças, Alice se sentiu envergonhada diante do que lhe havia acontecido e se calou durante um tempo, até contar para a sua mãe, que a aconselhou deixar para lá, pediu para que esquecesse. Desde então, ela não falou mais sobre o assunto com ninguém.

De acordo com Alice, mesmo muitos anos após ter sofrido o abuso, as lembranças ainda doem. Sempre que assiste um filme ou série que contenham cenas que remetem à violência que sofreu na infância, as lembranças ruins emergem. Segundo suas palavras: “o tempo cura as dores e fecha os cortes, mas, as marcas do estupro ficam”.

Clara, 30 anos, solteira (noiva), trabalha como atendente na lanchonete do noivo. Sofreu o primeiro abuso aos 16 anos de idade, cometido pelo namorado na época. O segundo abuso foi cometido por um outro namorado, o que, em nossa cultura machista, muitas vezes, nem é considerado abuso, já que se trata de pessoas que escolheram estarem juntas. Ressaltamos que, independentemente se são ou não um casal, se houve conjunção carnal por meio de violência, sem consentimento da pessoa, é estupro.

Clara relatou que sofreu um terceiro abuso, e, esse, diferente dos outros, foi cometido por um homem que não era próximo dela. Segundo seu relato, ela e a filha de 14 anos pediram um motorista através do aplicativo Uber, e esse suposto motorista, armado, as levou até um motel, onde foram estupradas, mãe e filha.

A primeira coisa que Clara fez após ela e a filha serem violentadas e largadas em uma rua deserta foi ligar para a polícia, mas, segundo seu relato, de vítima ela passou a ser investigada, pois, ao invés de lhe perguntarem as características do ofensor sexual para tentar encontrá-lo, eles a fizeram perguntas relativas a que tipo de roupa ela estava usando no momento do abuso, verificaram seu perfil nas redes sociais em busca de fotos, como se quisessem encontrar algo que justificasse ela ter sido abusada.

Esse tipo de atitude demonstrada pelos policiais é o que se vê com frequência nas mídias, tanto digitais quanto impressas, quando essas, dão notícias a respeito de violência contra pessoas do sexo feminino o que ocorre é a culpabilização da vítima, o agressor se torna um mero detalhe em meio a tantos questionamentos em relação à quem sofreu a violência:

{...}Poucas vezes o agressor está em foco – a vítima ganha praticamente toda a atenção do texto. Dessa maneira observa-se uma potencial desmoralização da vítima, que é colocada como centro das atenções e retratada como causadora do próprio ato de violência, seja a partir de seu comportamento, seja dos locais frequentados ou decisões tomadas. (CARDOSO; VIEIRA, 2014, p.70)

Segundo BOURDIEU (2002, p.38), no olhar da sociedade, a forma como uma mulher se veste e se comporta irão dizer como ela deverá ser tratada e, portanto, ela deverá se guardar, pois, de acordo com esse autor, a moral feminina é imposta através de um alto preço, que envolve uma vigília diária para manter uma postura que seja aceita e esperada por todos para não ser constrangida pela escolha de sua roupa ou um corte de cabelo:

Essa aprendizagem é ainda mais eficaz por se manter, no essencial, tácita: a moral feminina se impõe, sobretudo, através de uma disciplina incessante, relativa a todas as partes do corpo, e que faz lembrar e se exerce continuamente através da coação quanto aos trajes ou aos penteados. Os princípios antagônicos da identidade masculina e da identidade feminina se inscrevem, assim, sob a forma de maneiras permanentes de se servir do corpo, ou de manter a postura, que são como que a realização, ou melhor, a naturalização de uma ética (BOURDIEU, 2002, p. 38).

Ana, 33 anos de idade, desempregada. Chegou ao plantão psicológico se queixando de tristeza e desesperança. Relata que foi abusada pelo padrasto aos 8 anos de idade. Segundo seu relato, tudo aconteceu quando o padrasto entrou só de cueca no quarto onde ela dormia, a estuprou e a ameaçou dizendo que, se ela contasse para a mãe ele a mataria.

Após o abuso, ela disse que se sentiu envergonhada e impotente, pois, segundo suas palavras, ela já compreendia que os adultos não iriam dar crédito ao que ela dissesse por ser uma criança, além do medo que sentia quando se recordava das ameaças do padrasto, que era um homem muito violento.

Algum tempo depois, se sentindo sufocada por não ter dito a ninguém o que lhe havia ocorrido, Ana, resolveu contar para sua mãe, mas, ela mal lhe deu ouvidos e disse que ela não iria impedi-la de ser feliz, que ela não seria o motivo de seu divórcio. A mãe ainda a acusou, dizendo que ela se insinuou para o marido, mesmo tendo apenas 8 anos de idade, o que levou Ana, na época, a se sentir culpada por ter sofrido o próprio abuso.

Em nossa cultura é comum após a vivência de um abuso sexual, ouvirmos as pessoas dizerem que, se a vítima não estivesse usando tal roupa ou não estivesse em determinado local, não teria sido abusada. Ou fazer como a mãe de Ana – incumbir à filha de oito anos a culpa pela violência sexual cometida pelo marido.

A culpabilização da vítima de violência sexual é algo bastante evidente e faz com que a pessoa que sofreu o abuso sexual seja revitimizada, e, isso, se manifesta por meio da forma machista e inapropriada com que a sociedade e as instituições acolhem a vítima de estupro, fazendo com que a vítima se sinta culpada e envergonhada pelo próprio abuso sofrido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nós acreditamos, de acordo com uma visão sistêmica, por se tratar de um fenômeno que ocorre nas relações que, ao ouvir a perspectiva do abusador sexual, além de exigir quebras de paradigma, se cria, também, novas possibilidades de ações preventivas e protetivas para crianças e adolescentes, favorecendo a redução das possibilidades de novos abusos ocorrerem. Deste modo, nós reiteramos a necessidade de ampliação das possibilidades de outros estudos e intervenções voltados para este tema.

Diante disso, concluimos que se faz necessário pensarmos em outras formas de masculinidade diante do que foi exposto até aqui, que superem a padronização e a segregação e que permitam a manifestação de diversas identidades possíveis, e, também, sensibilidade para abordar o tema em outros ambientes e não somente no meio acadêmico, como ações de prevenção para que formas veladas de incentivo à violência sexual e culpabilização da vítima, como o que aparece no discurso machista, não se perpetuem. Pois, o impacto causado pelo machismo Patriarcal, incitado e banalizado, causa inúmeros impactos à saúde física e mental da mulher, além de autorizar, de forma encoberta, a consumação da violência sexual.

REFERÊNCIAS

BRASIL 2013. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Brasília, Secretaria de Direitos Humanos. Disponível em: http://www.comitenacional.org.br/files/anexos/08-2013_PNEVSCA-2013_f19r39h.pdf. Acesso em: 11/06/2016.

BOURDIEU, Pierre (1930-2002). *A Dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 160p.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, VOLUME 49, DE JUNHO DE 2018.

BARBIER, R. 2002. *A pesquisa-ação*. Brasília, Plano, 157 p.

CARDOSO, Isabela; VIEIRA, Viviane. A mídia na culpabilização da vítima de violência sexual: o discurso de notícias sobre estupro em jornais eletrônicos. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 7, p. 69-85, dez.2014.

CARNEIRO, Stella Luiza Moura Aranha; CABRAL, Mara Aparecida Alves. "O silêncio dos inocentes": abuso sexual intrafamiliar na infância. *Rev. Epos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2010000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 nov. 2018.

FLORENTINO, B. R. B.; FLORENTINO, BRUNO RICARDO BÉRGAMO, *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 27, n. 2, p. 139-144, maio-ago. 2015.

LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho e et al. ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA E SUAS REPERCUSSÕES NA VIDA ADULTA. Texto contexto - **enferm.**, Florianópolis, v. 26, n. 3, e0080016, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000300320&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 nov. 2018. Epub 21-Set-2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072017000080016>.

MENESES, Fernanda Figueiredo Falcomer et al. Intervenção psicossocial com o adulto autor de violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. *Contextos Clínic*, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 98-108, jun. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822016000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2016.91.08>.

SELL, Mariléia. A negociação da moralidade por meio da produção de justificativas na reconstrução da narrativa do abuso sexual de crianças e de adolescentes: um estudo situado. *Rev. bras. linguist. apl.*, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 873-898, Sept. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982015000300873&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-639820156270>.

SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 9-29, Apr. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100009&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>.